

OS TESOUROS DA AMAZÔNIA E A “UTOPIA” DE UMA AGRICULTURA PRÓSPERA NO SÉCULO XVIII: EDUCAÇÃO E MÉTODO NAS MEMÓRIAS DO JESUÍTA JOÃO DANIEL (1722 – 1776)

THE TREASURES OF THE AMAZON AND THE “UTOPIA” OF A PROSPEROUS AGRICULTURE IN THE 18TH CENTURY: EDUCATION AND METHOD IN THE MEMOIRS OF THE JESUIT JOÃO DANIEL (1722 – 1776)

Eulália Maria Aparecida de Moraes¹
UNESPAR

Denilton Gabriel Ambrosio da Rocha²
UNESPAR

RESUMO

O presente texto é resultado de uma pesquisa sobre parte da produção literária ou memórias do jesuíta Pe. João Daniel (1722- 1776), banido da Colônia em 1757. Os registros de memória quando este já se encontrava no cárcere em Portugal foram publicados com o título: *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*. À análise da fonte documental acrescenta-se alguns comentários a respeito da descoberta de Antonio Porro e uma demonstração das percepções obtidas a respeito de capítulos na 3ª parte do tomo II da obra. Nosso recorte recaiu sobre a apresentação da proposta de educação e métodos para uma economia da Amazônia baseados nos conhecimentos do jesuíta sobre a natureza do Novo Mundo – flora, fauna e geografia – do século XVIII. Ao longo dos séculos de colonização vários discursos colonizadores referem-se à ocupação da Amazônia e propagam a cobiça pelos “tesouros” naturais nela guardados. O discurso de João Daniel não é diferente dos demais enquanto, revestido pela cientificidade iluminista do século XVIII. O conjunto da obra analisada permitiu uma reflexão sobre um pensamento de ocupação da Amazônia que persiste sistematicamente ao longo dos séculos de colonização até à atualidade. Consideramos que, a permanência do mito da natureza inesgotável, no contexto cultural, social e econômico do século XXI deflagra a necessidade da Educação Ambiental como tema transversal nos meios escolares obedecendo os Parâmetros Curriculares Nacionais Brasileiros.

Palavras-chave: Natureza Amazônica; Século XVIII; Educação Ambiental; História Colonial; Jesuitismo.

ABSTRACT

¹Doutora pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Professora da Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), campus de Paranavaí; membro permanente do Mestrado Profissional em História (PROFHISTÓRIA) campus de Campo Mourão; Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História Pública (UNESPAR). ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-5885-1022> Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8344111210044375>. E-mail: eulalia.moraes@unespar.edu.br

²Graduando em História pela Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR), Paranavaí, Paraná, Brasil. Estudante de iniciação científica (UNESPAR). Endereço para correspondência: Rua das Guianas, 708, centro, Santa Cruz de Monte Castelo, Paraná, Brasil, CEP: 87920-000. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-8833-2581> . Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4036575354055790>. E-mail: denilton.gabriel545@gmail.com

The present work is the result of a research on part of the literary production or memories of the Jesuit Fr. João Daniel (1722-1776) banished from the Colony in 1757. The memoirs of when he was already in prison in Portugal were published with the title: *Treasure Discovered in the Maximum Rio Amazonas*. To the analysis of the documental source, it is added some comments regarding the discovery of Antonio Porro and a demonstration of the perceptions obtained regarding chapters in the 3rd part of volume II of the work. The focus of this work is on the presentation of the proposal of education and methods for an economy of the Amazon based on the Jesuit's knowledge about the nature of the New World - flora, fauna and geography - from the 18th century. Over the centuries of colonization, several colonizing discourses refer to the occupation of the Amazon and disseminate the greed for the natural “treasures” kept there. João Daniel's speech is not different from the others, although covered by the Illuminist scientificity of the 18th century. The set of works analyzed allowed a reflection on a thought of occupation of the Amazon that persists systematically throughout the centuries of colonization until the present day. We consider that the permanence of the myth of inexhaustible nature, in the cultural, social and economic context of the 21st century, triggers the need for Environmental Education as a transversal theme in school environments, following the guidelines of the Brazilian National Curricular Parameters.

Keywords: Environmental Education; Colonial History; Amazonian Nature; Jesuitism; 18th century.

INTRODUÇÃO

A atenção voltada para a região Norte da América Portuguesa, na segunda metade do século XVIII, explica-se pela presença do jesuíta João Daniel entre os que foram banidos da Cidade de Belém do Pará em 1757. Segundo Serafim Leite, o jesuíta João Daniel entrou para a Companhia em 1739, ainda em Lisboa, dois anos depois (em 1741) chegou ao Estado do Grão-Pará e Maranhão aos 19 anos de idade. Resultante das observações e preocupações do período que, como padre missionário, andou pelas Fazendas e Aldeias do Grão-Pará (1751-1757), a obra do Jesuíta padre João Daniel tem sua construção no cárcere contando com a memória. Pode-se considerá-la, uma extensa monografia sobre a Amazônia.

O padre jesuíta João Daniel permaneceu na Amazônia durante dezesseis anos (1741-1757), como padre missionário apenas seis anos, período em que visitou aldeias e estabelecimentos rurais, residindo na fazenda de Ibirajuba. Em 28 de novembro de 1757 saiu da Cidade de Belém do Pará desterrado para o Reino, sob a alegação atribuída aos jesuítas de propósitos contrários à soberania do império lusitano no Novo Mundo (SANTOS, 2006).

A obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, do padre João Daniel retrata a região amazônica, norte da América Portuguesa, entre os anos de 1741-1757, período no qual o jesuíta esteve na região. João Daniel nasceu em Travassos, Portugal, em 24 de julho de 1722, com 17 anos ingressou na Companhia de Jesus, em Lisboa, e aos 19, foi mandado para o estado do Maranhão e Grão-Pará, no Brasil, onde terminou sua formação estudando Humanidades e Filosofia no Colégio de São Luís. Em 1751 foi ordenado padre iniciando os seus trabalhos como missionário, com ações de percorrer aldeias e estabelecimentos rurais.

Em 1757, seis anos depois, foi deportado para Portugal junto com nove outros missionários, dois anos antes da expulsão da Companhia de Jesus de Portugal e de todas as suas possessões ultramarinas. O motivo do desterro foi “a discordância do Diretório dos Índios, uma lei editada em 1755 pelo Marquês de Pombal, e implementada pelo seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado” (Siewierski (2008) apud PASCHOAL, 2013, p. 1).

Durante seu exílio, por quatro anos esteve no forte de Almeida, posteriormente sendo transferido para a torre de São Julião, onde permaneceu recluso por cerca de quatorze anos, falecendo em 19 de janeiro de 1776. Aponta Paschoal (2013) a crença de que a obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* tenha sido escrita durante os seus 19 anos de prisão, de modo que a memória do padre jesuíta João Daniel foi a sua melhor fonte para escrever sobre suas experiências e vivências no Norte da América Portuguesa. Nesse sentido, as experiências e condições de vida de João Daniel estão essencialmente ligadas à sua produção. Nas suas memórias aparece o ideário Iluminista com uma racionalidade de Filosofia Natural proposto pela Moderna Ciência do século XVIII.

Segundo apresenta Santos (2006, p. 5), deve-se dizer que o reformismo dos tempos iniciais da Revolução Francesa foi acolhido a princípio em Portugal numa difusão eufórica dos autores iluministas. Entusiasmo que não durou muito. Com isso o exame e a censura dos livros aumentaram, aumentando também a propagação dos chamados libertinos (CHARTIER, 1994). Assim como todos os visitantes do Novo Mundo viajantes cronistas e/ou naturalistas, também nos jesuítas aparece na ordem primeira de suas observações a “natureza”.

Fiéis à tradição Teológica da Igreja Católica Romana, a meticulosidade com que narram a natureza do “Brasil” os faziam intérpretes e decodificadores desse meio natural, ao mesmo tempo em que contribuíram para a emancipação do conhecimento da Natureza, acompanhando o movimento geral da filosofia renascentista (SANTOS, 2006, p. 6). O entendimento da “Moderna Ciência” apontando para uma Filosofia Natural, revela-se compatível com a ordenação bíblica do utilitarismo pragmático da natureza, presente nas memórias, relatos e observação dos jesuítas João Daniel, isto porque a visão cuidadosa em relação à natureza está presente na narrativa dos religiosos que sistematizaram, hierarquizaram e organizaram-na para melhor utilidade.

A obra do padre João Daniel pode ser estudada e esmiuçada por diversas áreas da ciência. Ela é caudalosa com apontamentos para a região a partir da perspectiva da física teológica, com a apresentação de inventos que livrariam os homens do trabalho manual,

sugerindo uma ampla reforma da sociedade portuguesa no Estado do Grão-Pará e Maranhão além de detalhar as relações entre os indígenas, colonos, jesuítas e europeus, que compunham a sociedade da Amazônia em 1750. Por conta disso, os escritos de João Daniel são estudados por pesquisadores da História, da Geografia, da Antropologia, da Letras e outras áreas do conhecimento. Na discussão a seguir, fez-se uma revisão sobre parte da produção bibliográfica feita sobre o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas*, uma análise sobre a descoberta de Antonio Porro e demonstração das percepções do II tomo da obra.

Referencial Teórico

Na obra *A Aventura do Livro* (1998), de Roger Chartier, o autor traz explicações e exemplos das revoluções que aconteceram ao longo da história da leitura, na qual, a última revolução vem através da leitura pelos meios eletrônicos. Ao longo de seu livro, Chartier, além de expor sobre as transformações decorrentes dessas revoluções no fluir da história da leitura, ele deixa para os historiadores várias práticas teóricas que possibilitam trabalhar com esse tipo de fonte, que é o próprio livro e o que vem em seu contexto. Para a compreensão dos caminhos da leitura e da escrita, como práticas sociais, utilizaremos o conceito de “*circulação e apropriação dos textos*” de Roger Chartier como referencial teórico/metodológico.

Roger Chartier explica sobre como o historiador deve se relacionar com o texto. Para ele, o historiador que lança mão do uso de textos em sua pesquisa, deve sempre levar em consideração, e de maneira crítica, o escritor, a via de distribuição do texto, o momento da em que foi escrito, o momento em que recebido o texto, sob quais influências esse texto foi recebido por seu leitor e o momento em que o texto fora recebido também. O autor salienta que: “O historiador deve poder vincular em um mesmo projeto o estudo da produção, da transmissão e da apropriação dos textos. O que quer dizer manejar ao mesmo tempo a crítica textual, a história do livro, e, mais além, do impresso ou do escrito, e a história do público e da recepção” (1998, p. 18).

Do mesmo modo, para ele, cada leitor irá receber e compreender o texto de maneiras diferentes, em lugares e momentos díspares. Ele evidencia isso quando demonstra que: “Mas, todo leitor diante de uma obra a recebe em um momento, uma circunstância, uma forma específica e, mesmo quando não tem consciência disso, o investimento afetivo ou intelectual que ele nela deposita está ligado a este objeto e a esta circunstância” (1998, p. 70) e, igualmente, quando diz que: “O texto implica significações que cada leitor constrói a partir de seus próprios

códigos de leitura, quando ele recebe ou se apropria desse texto de forma determinada” (1998, p. 152). O historiador deve estar atento a essas significações que os leitores atribuem aos textos (CHARTIER, 1998).

Metodologia

Analisando o grande afã e a urgência por mudanças com que a sociedade científica europeia buscou o projeto de sistematização da natureza, com pertinência Mary Louise Pratt afirma que: “Não se pode encontrar exemplo mais vívido a comprovar que o conhecimento existe não como acúmulo estático de fatos e informações isoladas, mas como atividade humana entrelaçada a práticas verbais e não verbais” (PRATT, 1999, p. 63).

Nesse aspecto quando as publicações de inspiração cientificista e os ideais liberais se irradiaram por toda a Europa, atravessando o oceano Atlântico – em direção as colônias –, produziram informações que modificaram pensamentos, apresentaram-se como resultado de observação que nos colocaram diante de uma atmosfera intelectual e não é possível entender o pleno sentido deste trabalho sem nos reportarmos ao ambiente e momento de fecunda produção científica dos séculos XVIII e XIX.

Os questionamentos que nortearam a pesquisa estão fundamentados em referenciais teóricos sobre a história de um mundo moderno que passa a ser considerado e avaliado. Ou seja, com a pesquisa orientada em direção a teoria de “História e Memória” de Jacques Le Goff (1990) que entende que a memória coletiva é uma forma científica de propagar a história e que o documento é um conjunto material que viveu a ação do tempo, pertencente a um determinado passado, mas que não é a totalidade, apenas uma herança desse passado e sobre o qual recai a escolha do historiador. “O estudo da memória social é um dos meios fundamentais de abordar os problemas do tempo e da história, relativamente aos quais a memória está ora em retraimento, ora em transbordamento”. Sobre o “estudo histórico da memória histórica” é essencial dar notoriedade as discrepâncias entre as sociedades de memórias em especial a “memória escrita” (LE GOFF, 1990, pp. 268-69).

Nesse sentido, levou-se em consideração a fonte documental impressa considerando as diferentes edições e suas revisões, bem como um levantamento do “estado da arte” do objeto da pesquisa em questão, ou seja, as diferentes pesquisas que analisaram o documento produzido por João Daniel: artigos científicos, dissertações de mestrado, tese de doutoramento e um levantamento bibliográfico em permanente diálogo com a fonte documental. Sem pretensão de

esgotar tema tão vasto quanto as questões ambientais que envolvem a Amazônia, a pesquisa objetivou colocar leitores e pesquisadores em contato com materiais já pesquisados concomitante a novas possibilidades que a fonte documental possa sugerir.

Análises e Resultados

Pe. João Daniel: Um contexto de Ciência Moderna e mudanças na Colônia Portuguesa

Ao serem “aprovados pelo Papa Paulo III, em 1540, os jesuítas tiveram de se adaptar ao ambiente renascentista, marcadamente sob mudanças culturais”, entretanto, a “Companhia de Jesus foi umas das instituições religiosas que saíram à frente na preparação filosófica e científica de seus membros”. Dessa forma, no decorrer dos séculos XVI, XVII e XVIII, a formação doutrinal jesuítica esteve marcada por uma flexibilidade de abertura às inovações. Esses membros do clero atuaram e escreveram como sendo “homens da ciência”, desconsiderando uma permanente proposição de exclusão natural entre ciência e religião. Gradualmente a interpretação simbólica da natureza proposta pela filosofia medieval foi sendo ‘neutralizada’ por uma concepção nova de Universo (SANTOS, 2006, p. 21).

Para Francisco Xavier de Mendonça Furtado, nomeado pelo irmão Marquês de Pombal para Governador do Estado do Grão-Pará e Maranhão “Capitão-General” (1751 – 1759), todo comércio na região que percorreu em sua viagem São Luís do Maranhão à Cidade de Belém do Grão-Pará era feito pelo “Corpo Poderoso”, referindo-se aos religiosos regulares jesuítas, os quais também eram acusados de deter significativa soma de bens e propriedades da região, de modo que ocorria da interferência nos negócios temporais de forma intensa e frequente.

Pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494, a região da Amazônia pertencia à Espanha, entretanto, com a União Ibérica, vigente entre 1580 e 1640, e as ameaças de dominação de ingleses e franceses foi possível a penetração dos portugueses na região com o objetivo de ocupar esse território espanhol. Em 1713, o Tratado de Utrecht, firmado entre Portugal e França, estabeleceu os limites nas Terras do Cabo Norte, que passaram para a posse definitiva de Portugal e, em 1750, foi assinado o Tratado de Madri, que promoveu a normatização das fronteiras entre Espanha e Portugal respeitando o princípio do *utis possidetis*, segundo o qual teria direito à terra quem efetivamente a ocupava (SANTOS, 2006).

Com este tratado a Espanha reconheceu formalmente o direito de Portugal sobre a maior parte da vasta região amazônica. Assim, Paschoal concorda com Gomes quando aponta que “enquanto nos séculos XVI e XVII os olhos da metrópole estavam atentos às caixas de açúcar que saíam dos portos do Nordeste, nos rincões da vasta região amazônica, missionários e

viajantes aventuravam-se” (Gomes (1999) apud PASCHOAL, 2013, p. 4), criando caminhos e fronteiras, espaciais e humanos, tendo em conta a presença do nativo indígena.

Esses entradistas portugueses foram responsáveis por expandir os domínios da Coroa, já a manutenção da terra ficou por conta do estabelecimento de fortificações e aldeias, com a marcada presença de ordens religiosas, especialmente a Companhia de Jesus. O padre jesuíta João Daniel, tomado como objeto desta presente pesquisa, é um exemplo desses caminhos, pois o seu caminho era percorrer as vilas e estabelecimentos rurais, funcionando como um mediador entre o colono europeu e os nativos locais.

Os jesuítas foram grandes negociantes e souberam explorar, com bastante argúcia, de todos os ramos do comércio sob seus domínios, obtendo lucros enormes. Além de deterem armazéns supridos de drogas do sertão, suas fazendas e Colégios abrigavam grande número de oficiais das artes fabris: entalhadores, pedreiros, pintores, ferreiros, tecelões, oleiros, sendo as artes da construção uma das primeiras que os jesuítas exercitaram no Brasil.

O Tesouro Descoberto na Amazônia: O “estado da Arte”

A obra do jesuíta João Daniel resulta das observações e preocupações do período que como padre missionário andou pelas Fazendas e Aldeias do Estado do Grão-Pará e Maranhão, a obra tem preparação e continuidade no cárcere contando com sua memória, com a naturalidade com que se acerca das ideias modernas e porque não dizer, dos saberes da filosofia Iluminista. Nesta obra se encontra uma perspectiva sistematizada e metódica para uma educação para a economia da Amazônia.

Santos (2006) considera a obra uma extensa monografia sobre a Amazônia com vastas contribuições sobre a região. Segundo Santos (2006), na obra do padre jesuíta João Daniel (1757 – 1776), é possível notar a percepção da natureza com os diversos valores fundamentados à “luz” da tradicional formulação filosófica do iluminismo sem perder de vista a religiosidade teológica tomista.

Os capítulos de sua obra foram retidos sem publicação, pelos impedimentos políticos, durante muito tempo. Em 1820 foi permitida sua publicação da Quinta parte no Rio de Janeiro sob os cuidados do Bispo Azeredo Coutinho. Vinte anos depois [1840/ 41], Francisco A. Varnhagen empenhou-se em publicar, pela Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, a segunda parte ou capítulo 2 e somente em 1976 a obra foi publicada em dois volumes pelos Anais da Biblioteca Nacional (SANTOS, 2006).

“A obra *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1757-1776)* do jesuíta João Daniel teve sua primeira edição em 1976 pelos Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro – em dois volumes –, escrito entre os anos de 1757 e 1776. Desde 1810 é parte do acervo de manuscritos da Biblioteca Nacional, excetuando as partes 5ª e 6ª. Dividida em 6 partes, cinco delas constituem o códice existente na Biblioteca Nacional. Na sua versão manuscrita compõe-se de 766 páginas no formato 15,5 x 20,7 e seu estado geral de conservação até a data de publicação era bom. Recentemente em 2004, a obra, *Tesouro descoberto no máximo rio Amazonas* foi publicado em dois volumes pela Editora Contraponto” (SANTOS, 2006, p. 36).

Ana Emília da Luz Lobato (2009 apud PASCHOAL, 2013, p. 2) também faz um histórico dos caminhos da obra até sua publicação completa e Paschoal salienta que em 2004, a editora Contraponto publicou a obra completa dividida em dois volumes, a partir da versão de 1976, da Biblioteca Nacional e, em 2006, Antônio Porro descobriu outros capítulos pertencentes à Terceira Parte.

“Os manuscritos das primeiras cinco partes pertenciam ao acervo da Real Biblioteca, que vieram para o Brasil com a família real portuguesa em 1808; pertencem, atualmente, à Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Uma segunda versão da Parte Quinta, menor que a primeira, e a Parte Sexta, pertencem ao Arquivo de Évora. A Biblioteca Nacional, em 1976, publicou pela primeira vez o texto na íntegra e, para isso, recebeu em microfilme as partes pertencentes à Biblioteca de Évora. Antes disso, em 1820, a Parte Quinta (do manuscrito de Évora) havia sido publicada pela Imprensa Real do Rio de Janeiro; a Parte Segunda em 1840, pela Revista do IHGB, com nota preliminar de Varnhagen; e a Parte Sexta em 1878, também pela Revista do IHGB, com nota de Estevão Xavier da Cunha” (Lobato (2009) apud PASCHOAL, 2013, p. 2).

O Pe. João Daniel após 16 anos de vivências, experiências, pesquisas, observações e prática religiosa no Estado do Grão-Pará e Maranhão descobriu o tesouro maior que existia no norte da América Portuguesa, a própria Amazônia e, para ele, tomar posse desse tesouro, enriquecer, era o conhecimento, “o mais amplo e mais preciso possível”, além de compartilhar ele com os outros. Dessa relação interdisciplinar que o padre desenvolveu com a região amazônica pode-se concordar com Siewierski (2014) que havia uma complexidade de trocas entre os jesuítas e o Iluminismo.

Os jesuítas fizeram parte integrante da ciência e da cultura do Século das Luzes com evidente contribuição para com a ciência no decorrer dos séculos XVII e XVIII, com isso reforça-se a opinião de que a destruição destes “não foi consequência do Iluminismo, mas das ações e dos interesses políticos vigentes naquela época” (SIEWIERSKI, 2014, p. 84). A obra do Pe. João Daniel ganha visibilidade somente no século XIX, a partir de 1810, o manuscrito em suas primeiras cinco partes do *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* encontrar-se-á a disposição na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, trazido por dom João VI para o

Brasil, em 1810³. A sexta parte foi perdida e encontrada depois na Biblioteca de Évora. Nos anos 1820, 1840 e 1878, a obra foi publicada em edições parciais. Apenas, em 1976, a Biblioteca Nacional estabeleceu e publicou todas as partes conhecidas do manuscrito, reeditadas em 2004 pela editora Contraponto.

Porém, esta ainda não foi a versão completa do tesouro, uma vez que poucos anos depois, foram descobertos, no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa pelo Antônio Porro, os capítulos da Terceira Parte, faltantes nas edições anteriores (SIEWIERSKI, 2014, p. 85). O primeiro volume da edição de 2004 compõe a suma do conhecimento de geografia, fauna, flora, minerais, história e dos povos da Amazônia. O segundo volume é dedicado às questões relacionadas às missões, à agricultura, à pesca, à navegação, à indústria, ao comércio e à organização da vida social (SIEWIERSKI, 2014, p. 86).

Costa (2007) inicia sua exposição colocando que “durante quase todo o período colonial, os principais textos que informaram sobre a natureza amazônica foram obra de membros de algumas das ordens religiosas que atuaram no Novo Mundo”. Os membros dessas ordens viveram por anos juntos aos povos nativos, conhecendo suas línguas e seus modos de viver, e com isso esses missionários estiveram também em contato íntimo com a geografia, a flora e a fauna amazônica, se tornando grandes conhecedores das mesmas.

Desta forma, o caso dos cronistas missionários da Amazônia apenas confirma a regra que se verifica na América portuguesa e espanhola, sendo que no Brasil destacam-se os diversos escritos jesuíticos já nos séculos XVI e XVII. Esses religiosos despontaram-se para interagir com a cientificidade crescente no século XVIII, concordando com a nova corrente de pensamento ou não, conscientemente ou não, eles estabeleceram contato e relação com o novo ideário que estava sendo proposto pelos grandes pensadores da Europa.

“O projeto de João Daniel”, segundo Kelerson Semerene Costa (2007), “sugere uma ampla reforma da sociedade portuguesa no Estado do Grão-Pará e Maranhão” pois “as medidas

³ Em 1808 a Família Real Portuguesa mudou-se para o Brasil que passa a condição de “parte do Reino Unido” juntamente com Portugal e Algarves. A transferência da corte portuguesa trouxe implementações para a colônia de além-mar, entre elas a Biblioteca Real no Brasil, uma das transformações promovidas pelo príncipe regente D. João VI em busca do desenvolvimento. Um rico acervo, cheio de livros, documentos e gravuras, deveriam ter acompanhado o traslado da família real, na viagem que teve início em 1807, contudo, em meio a pressa de embarque da Corte portuguesa, a biblioteca real foi esquecida na área portuária permanecendo ali a mercê das intempéries até ser recolhida e somente chegaram ao Brasil em 1810 e 1811 em uma sucessão de três viagens (SCHWARCZ, 2002).

recomendadas deveriam conduzir a uma reorganização do modelo de produção”, colocando em evidência a questão do trabalho numa dissimulada defesa da liberdade dos índios. Nesse sentido, o autor é pontual quando declara que se “adotadas e levadas às últimas consequências, as medidas sugeridas pelo jesuíta apresentam-se como alternativas à política colonial que se implementava sob o governo do Marquês de Pombal, por meio da qual se reforçavam as bases mercantilistas da economia e se fortaleciam os monopólios” (COSTA, 2007).

A proposta de João Daniel via no Estado do Grão-Pará e Maranhão não uma simples reserva de produtos para o enriquecimento de Portugal, mas uma extensão do reino. O modelo que estava disposto por João Daniel trata-se, de um modelo distinto da sociedade e da economia em vigor no período colonial, que para Costa (2007) “pretende estimular o dinamismo interno da economia e possibilitar o assentamento de colonos portugueses em pequenas propriedades, cujo cultivo assegure o provimento de alimentos para o núcleo familiar e para toda a colônia, por meio da comercialização interna do excedente” (COSTA, 2007, p. 104).

Ainda acrescenta a autora que “na parte dedicada ao projeto, ao esboçar o futuro da Amazônia, o jesuíta faz dele uma realidade tangível por meio da satisfação da última e fundamental exigência da metáfora que construíra: a chave do paraíso é a abolição das penas do trabalho” (*ibidem*). João Daniel lamentava os árduos trabalhos a que se entregavam os agricultores europeus, de modo que as máquinas projetadas por João Daniel apenas complementam, e confirmam, a aspiração à libertação do trabalho. No Brasil,

O Amazonas, porém, fértil e abundante, parecia, como o Jardim das Delícias, ter sido poupado da maldição divina. Um miserável lavrador europeu, “se trabalhasse a milésima parte nas terras do Amazonas em pouco mais ou menos anos seria dos mais ricos, e abastados dos seus moradores” (v.2, p.98). É, portanto, a esses pobres do Velho Continente que o jesuíta se dirige, apresentando-lhes o Amazonas como redenção. Seu intento é remover os obstáculos ao usufruto do paraíso, para que não apenas os ricos fossem capazes de desfrutar da diversidade que a natureza oferecia (COSTA, 2007, p. 105).

Nesse sentido, “muitos missionários narraram a Natureza e em suas interpretações as lacunas ou juízo de valor nos permitem entender o instrumental cultural utilizado para análise deste mundo natural” (SANTOS, 2006, p. 105). Mesmo sob o prisma científico do setecentos a visão utilitária da natureza permanece e aí se tem uma Física Teológica evocada para sistematização utilitária, ou seja, a natureza como livro onde, tal qual a Bíblia, encerra-se o escrito de Deus (2006). É sobre essa natureza que a proposta da nova administração que inaugurou o Marquês de Pombal, tinha sob perspectiva uma grande extensão territorial a ser

conquistada através dos avanços de ocupação, mas que somente se concretizaria com o desenvolvimento do esforço colonizador voltado para a natureza (SANTOS, 2006).

Então, Portugal, com a política de Pombal, iniciaria um processo de dinamização da interação político/administrativa com as colônias, pautada nos princípios iluministas do século XVIII. Além disso, houve influência sobre as obras teóricas e práticas dos grandes missionários, levado em consideração a vida cotidiana na região colonial e o contato estreito que tiveram com os nativos indígenas e, é nesse sentido que a autora destaca a obra do padre jesuíta João Daniel e sua obra *Thesouro descoberto no máximo do rio Amazonas*.

Para Almeida (1996), a obra de João Daniel revela com “detalhes a organização e o funcionamento das missões religiosas, os hábitos e costumes das populações indígenas locais e expressa a ideologia jesuítica que preside as formas de pensar e agir do autor”, demonstrando ainda uma série de contradições que permitem refletir sobre a complexidade das “relações de alteridade”. Entre a crítica rigorosa e a admiração aos “selvagens”, para Almeida (1996) João Daniel se revela como “homem religioso de um tempo de mudanças, no qual o teórico e o empírico se associam na descoberta do humano”.

Antonio Porro e o alerta para os capítulos faltantes

Antonio Porro (2006) lembra que, em nota explicativa Wilson Lousada havia alertado para a falta no manuscrito da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, “de um caderno que deveria conter os capítulos 2º e 3º do Tratado Primeiro, e parte do Cap. 1º do Tratado Segundo, correspondendo, no códice, às páginas de número 3 a 18” (Lousada (1976) apud PORRO, 2006, p. 127), na versão de 1976 da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Já na versão de 2004 da editora Contraponto, Porro (2006) aponta que a falta desses capítulos se tornou menos perceptível pelos fatos de não reproduzirem a nota de Lousada, por substituírem o Índice de Matérias original por outro “editorialmente adequado” para suprimir, arbitrariamente, “a menção que o primeiro fazia aos capítulos faltantes e à passagem do Primeiro para o Segundo Tratado”.

O fato é que o tratado foi encontrado no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa, estando acessível pelas cópias digitais do Projeto Resgate de Documentação Histórica “Barão do Rio Branco” no. 3478, mas, sobre à sua ausência nas edições anteriores, Antonio Porro em publicação de 2006 acrescenta que

A ausência dos capítulos também não foi relevada e nem parece ter despertado a curiosidade dos autores que trataram da obra de João Daniel, tenham eles se referido às duas edições integrais impressas (as únicas a conter a Parte Terceira), ou ao

manuscrito da Biblioteca Nacional. Não deixa de surpreender, este silêncio, face ao título chamativo do tratado: *Das minas de ouro, prata e diamantes da região amazônica*, justamente um título, é lícito supor, que em tempos idos deve ter suscitado muitas curiosidades, não somente literárias (PORRO, 2006, p.128)

A descoberta é de um documento de 16 páginas não enumeradas sob o título “*Tesouro descoberto no rio Amazonas. Dá notícia da sua muita riqueza nas suas minas, nos seus muitos e preciosos haveres e na muita fertilidade das suas margens. Tratado Primeiro: Das Minas de Ouro, Prata e Diamantes da região do Amazonas*”, marcado como incompleto e de autoria desconhecida. O que destaca Antonio Porro (2006) a respeito disso é que, apesar de não explicitar o nome do autor, era sabido que João Daniel era o autor da obra “desde pelo menos 1820, quando a Imprensa Régia lhe publicara a Quinta Parte” (2006, p. 128).

Mas essa descoberta demonstrava que o Primeiro Tratado estava completo e era composto de quatro capítulos e não três, como estava na edição de 1976 da Biblioteca Nacional, acrescentando que nessa mesma edição falta também a parte final do capítulo 1. Outra alusão que fez Antonio Porro (2006) é que a primeira parte do capítulo 1 existente nos dois códices, evidencia que o do Arquivo Histórico Ultramarino não é o caderno faltante no da Biblioteca Nacional, mas uma cópia, “aliás em formato e caligrafia diferente, com muitas pequenas variantes e omissões”.

Para Antonio Porro (2006) é intrigante faltar um caderno na obra original sendo que existe uma cópia em outro arquivo, ainda mais quando percebe-se o “o interesse que um tratado sobre minas de ouro, prata e diamantes numa longínqua colônia recentemente resgatada ao virtual controle jesuítico, deve ter despertado na segunda metade do século XVIII”, situação que faz o autor considerar a hipótese de que o caderno tenha disso tirado, copiado e não devolvido ao seu legítimo dono. Para o pesquisador, o conteúdo do Tratado Primeiro não justifica a enfática certeza de futuros grandes achados pois “o teor do Tratado não foge ao que predomina nas Partes I a III do Tesouro”, as partes descritivas e, “mesmo dentre elas, a qualidade da informação não se iguala à dos demais Tratados da Parte III”; esses versam sobre “plantas úteis, frutos, madeiras e especialmente sobre produtos in natura e beneficiados de origem animal e vegetal” (PORRO, 2006, p. 129).

O que ganha destaque são a informação sobre a localização e produtividade dos garimpos, as opiniões e considerações de João Daniel sobre as elevações no norte da Amazônia tendo sinais de ouro não explorado pela Coroa Portuguesa, a proibição das comunidades mineradoras de Peru e Potosí de se abastecerem de produtos europeus em Belém, o frustrado

desenvolvimento dos garimpos do alto Tocantins-Araguaia, entre outros assuntos. Antonio Porro (2006) considera que “embora algo decepcionante por um conteúdo que não corresponde à expectativa criada”, o manuscrito preenche uma lacuna e, com a sua publicação, “a parte faltante da obra de João Daniel se reduz ao começo, provavelmente uma página, do primeiro capítulo do Tratado Segundo” (PORRO, 2006, p. 134).

No capítulo primeiro do Tratado Primeiro, sob o título *Dá notícia em geral dos seus muitos minerais*, o padre jesuíta João Daniel aponta que a principal riqueza das terras é o seu terreno fértil e a riqueza de seus moradores é ter abundância de víveres para sustento de suas casas. Algo que prova a ligação que os jesuítas mantinham através de sua rede de troca de cartas e descrições é que, aqui nesse ponto, João Daniel aponta essas riquezas como vistas no Egito e “em muitos outros reinos onde a muita fertilidade das suas terras são *invejada* riqueza dos seus habitantes, posto que a falta de minerais seja grande” (DANIEL, 2004, p. 407, v. 1).

Para João Daniel os territórios às margens do rio Amazonas são ricos na fertilidade de suas margens e abundância de preciosos haveres e víveres, além de ouro, prata, diamante e mais pedras preciosas. Após fazer uma retomada sobre as serras, a que começa na foz do rio Amazonas com o nome de serra do Paru (ao norte) e a serra que parte do sul do rio Amazonas até o Peru e Chile, João Daniel aponta que essas grandes serras da América toda são um “continuado mineral de ouro, prata, diamantes e muitas outras pedras preciosas, de sorte que afirmam os práticos ser a terra mais rica de minerais que até agora se tem descoberto em todo o mundo” (DANIEL, 2004, p. 407, v. 1).

O padre jesuíta vai descrevendo que as serras que os portugueses chamam de Paru, desde a foz do Amazonas até o rio Negro, “estão tão cheias de sinais de ouro que já os geógrafos todos as assinalam com sinais de ouro”, que para ele a Coroa não explorou por não ter pessoas na região suficientes para explorar e proteger as minas, além de evitar contendas com a França e a Holanda, mas diz que os nativos dos rios que medeiam entre a fortaleza do Paru e a fortaleza de Pauxis confirmam que nas suas cabeceiras há muito ouro que são encobertas as informações, de modo que “em uma das povoações da mesma margem se descobriu ouro em muita quantidade quase à porta do seu missionário pelos anos de 1755 circiter [aproximadamente] debaixo de um jirau” (DANIEL, 2004, p. 408, v. 1).

Quando surge uma divergência entre um geógrafo (Condamine) e um missionário jesuíta (Samuel Fritz) sobre a localização e existência do lago de ouro chamado Parima e a rica cidade Manoa, o autor tende a concordar com o missionário jesuíta por conta da sua muita

comunicação com os nativos e pelo dilatado espaço de trinta ou mais anos que viveu entre eles. João Daniel ainda destaca uma mina de mercúrio que fora descoberto entre o rio Negro e o rio Japurá, as minas de ouro abertas que já estavam rendendo aos espanhóis, “as quais, pela divisão do Tratado de Madri de 1750 entre as duas potências, ficam pertencendo a Portugal”, fala sobre a existência de prova evidente que o dito rio tem ouro nas suas margens, “porque muitos índios que dele têm descido para as missões traziam por brincos nas orelhas folhetos de ouro bruto”, além de acrescentar que nas cabeceiras do dito rio Japurá “são tantos os minerais que os mesmos castelhanos, para declarar a sua muita riqueza, também lhe chamam Castilha del Ouro” (DANIEL, 2004, p. 407, v. 1).

No segundo capítulo, *Das minas descobertas na margem do Sul*, João Daniel trata a respeito das minas fazendo um relato da existência das mesmas, além de expor que algumas ele não sabia os nomes próprios, seguindo as cabeceiras dos rios colaterais do Amazonas, de leste a oeste e até o Mato Grosso. Ele explica que as minas que pretende “dar notícia” são “as que atualmente se trabalham na região que os geógrafos chamam região do Amazonas”, e por conta disso e não se detém a falar das minas Gerais, “que no seu mesmo nome indicam a sua grande vastidão”, das minas do Serro do Frio, “onde os diamantes se medem aos alqueires” e as minas do Cuiabá, “também de muito ouro”, estas serras estavam fora da região do Amazonas e não lhe interessavam. Dentre as minas de ouro que pertenciam no espiritual ao bispado do Pará e no temporal a Governadores ou Capitães Gerais diversos estão: as minas do Carmo, chamadas arraial do Carmo; Minas das Almas, chamadas Arraial das Almas; as minas da Natividade; as minas de Sta. Anna, chamadas arraial de Sta. Anna; as minas do Pontal, juntamente ao arraial; as minas e arraial chamadas de Amaro Leite; as minas chamadas Corichas com o seu arraial (DANIEL, 2004, p. 408, v. 1).

Em cada relato das minas João Daniel especifica a sua localização utilizando dos rios e até mesmo com os graus de latitude e longitude sua localização. Ele ainda continua o relato “subindo o rio acima, já na volta que faz virando para oeste”: as minas de S. Félix, chamadas a chapada de S. Félix e ao sul destas ficam outras minas; as minas chamadas minas do Papaolho; as minas do Cavalcanti; as minas de S. José; as minas Traíras; minas de Sta. Rita; as minas do Maranhão; as minas de Amaro Leite; as minas chamadas Meia Ponte; as minas chamadas do Ouro Fino, pela singularidade do metal.

O padre ainda tece comentários sobre a “grande vila de *Goiazes*”, “aonde assistem governador, ouvidor e mais ministros reais com belos templos e casarios, com dois rios que lhe

passam pelo meio” e sobre os diamantes das minas do Serro do Frio, que “são uns montes ou grandes serras que estão no governo e bispado de Minas Gerais, as quais confinam por norte com as minas de *Goiazes*” e, apesar de já não estar descrevendo o distrito da região amazônica, ele acrescenta

Todo este bispado e governo das Minas Gerais está cheio de ouro, prata, diamantes, esmeraldas, topázios e muitas outras preciosidades, e por isso é o governo mais povoado de toda a América Portuguesa, de sorte que afirmam alguns práticos que está tão bem povoado como o mesmo Portugal. A sua capital é Vila Rica, que está distante da cidade de Mariana duas léguas, em 20 gr. de latitude meridional e 333 de longitude e se podem chamar uma só povoação, porque a cidade de Mariana e Vila Rica têm uma famosa rua de uma a outra, pela qual se pode chamar com verdade uma só (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 138).

Já no capítulo três, “*De outros minerais do rio Amazonas*”, o jesuíta segue no intuito de demonstrar as muitas riquezas minerais da região amazônica, mas agora se dedicando a “margem sul do rio Madeira para baixo”, logo apontando a existência de uma mina no rio Megue (Maués). Ele explica que nos rios que seguem após o rio Madeira os portugueses não haviam entrado mais do que aqueles poucos que iam apanhar cacau, cravo e mais frutos da mata além de que explica que o rio Tapajós é, também, pouco frequentado porque só na sua boca tinha algumas poucas aldeias de nativos e, por conta dos relatos de um mineiro chamado João de Sousa de Azevedo sobre algumas observações que fez ao longo do rio Tapajós (em 1746), João Daniel supunha que ambas as suas margens, até as suas cabeceiras, possuíam muitos minerais “porque nas suas cabeceiras, que são junto do rio Cuiabá” detinha as minas de Cuiabá. Também “no rio chamado dos Arinos se descobriram umas riquíssimas minas de ouro as quais, pela sua muita abundância, se principiaram logo a povoar com muitos mineiros” do Cuiabá, do Mato Grosso “que logo se quiseram firmar fazendo sementeiras e plantando víveres para sustento dos seus negros”, apesar de não se manterem ali por muito mais tempo por conta do sumiço espontâneo do ouro dali ou pela necessidade do ministro régio ouvidor tomar posse e distribuir as terras (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 138-39).

Ele ainda cita que pelo rio Cupari acima “se acham pedras, muitos minerais de mármore, pedra pomes e cristal, além de ter nas suas vistosas praias muitos topázios e muitas outras pedrinhas finas de várias cores”. João Daniel explica que os nativos não se preocupavam com o ouro e com a prata em seus povoados, mas que se contentavam em terem o que comer e beber. Após falar sobre a riqueza dos rios Xingu e o rio Claro, chamado de Paiol de diamantes, o autor dedica uma parte do parágrafo para chamar a atenção sobre como o mineiro apenas pensava em enriquecer no material e deixava de lado o espiritual, inclusive enriquecendo às custas da vida

de negros e nativos, “pobres índios e pobres negros! Cujas vidas e almas não são avaliadas dos [pelos] brancos em mais do que se fossem feras do mato! ”, demonstrando a sua indignação à relação do colono europeu com o negro africano escravizado e com o nativo indígena. O imaginário “medieval” do Velho Mundo ainda é notado nas descrições do padre jesuíta João Daniel quando ele fala sobre “o encantado lago dourado Parima com a sua cidade de ouro Manoa” e sobre os caminhos no interior das matas que “só são frequentados por feras e índios bravos comedores de gente” (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 142).

Por fim, no quarto e último capítulo do tratado primeiro, *Dos minerais do rio Amazonas da margem do sul nos domínios de Castela*, a intenção de João Daniel foi falar sobre as minas e minerais que se sabia “na margem do sul na região do Amazonas nos domínios portugueses, ainda sem falar nas minas de pedra azul que há junto à boca no rio Xingu”, salientando que “não é menos rica a margem do Amazonas do sul em que vamos falando nos domínios de Castela, que se seguem desde as minas de Mato Grosso até o mar Pacífico” (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 145).

Com isso o autor se dispõe a relatar as riquezas do significativo Império do Peru, das cidades de Lima e Cuzco, além de falar das minas de Potosí na Província dos Charcas. Para falar do Império do Peru o autor toma por base “Mr. Condamine⁴, que o viu com os seus olhos”, e diz que “são tantas as riquezas da cidade de Lima, sua capital, que nos templos, em qualquer festa” desde as mais comuns, são apresentados para quem vê o ouro, a prata e demais preciosidades, era tanta a fartura que qualquer mulher comum saía à rua ou às suas visitas com, no mínimo, “custo de sessenta mil cruzados em seu ornato” (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 146).

Em Cuzco, que João Daniel relembra ser a antiga corte do Império Inca, diz se descrever tanta riqueza que “as mesmas alfaias de casa como panelas, pratos e todos os mais utensílios eram de ouro ou de prata, como também muito ornato ainda externo e telhados das mesmas casas”, de que se aproveitaram os espanhóis quando invadiram aquele império. Ali, afirmavam que a sua mais rica província era a que chamavam de Província dos Charcas, “a província mais rica, não só no império do Peru, mas ainda em toda a América, e das suas muitas riquezas vem

⁴ Charles-Marie de La Condamine (1701 – 1774) foi um cientista e explorador francês do século XVIII que viajou por diversas regiões do mundo, incluindo a América do Sul (1743). Navegou o curso do rio Amazonas fazendo anotações que descreviam a geografia, a flora e a fauna da bacia amazônica, na Europa seu relatório foi publicado e amplamente divulgado junto à comunidade científica revelando informações importantes para o despertar da cientificidade nascente.

o chamarem à sua capital cidade de S. Juan del Oro”, possuindo as riquíssimas minas de Potosí, capaz de por si só “abastecer a Europa e enriquecer a América” (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 146- 47).

O padre concluiu que “o reino de Chile é certo que já fica fora do Amazonas, mas por confinar com ela e por abraçar muitas partes das montanhas que pela parte do Sul servem de lado ao Amazonas nos montes que chamam Andes” enriquecendo o tesouro da América. Mas, como bem salientou Porro (2006), João Daniel declara que o grande tesouro do Amazonas, o principal tesouro das terras, “não consiste nos seus minerais, mas na abundância e fertilidade do seu terreno, eu vou já mostrá-lo no fertilíssimo Amazonas” (João Daniel apud PORRO, 2006, p. 147).

Conclusão

A teologia racional, aliada à ciência da observação, constituiu a Física Teológica contribuindo para com o conhecimento das ciências da natureza de forma que, segundo Santos (2006), a partir da segunda metade do século XVIII, a fé, sem a dimensão institucional, catalisou o conhecimento científico e o simbolismo constituído na Europa deu guarida a Deus, a Natureza e ao Homem.

O padre jesuíta João Daniel aborda temas como navegação, principais afluentes, a história de sua conquista, seus primeiros navegadores e cronistas, o mito fundador que deu origem ao nome do “grande rio descoberto”, o fenômeno da pororoca, a qualidade da água e clima, a população nativa e moradores de ocupação colonizadora, incluindo desenvolvimento e economia da Amazônia – sua flora, sua fauna, costumes e usos e, além dessas considerações, ainda faz apontamentos sobre as marcas da religiosidade cristã na natureza. E “a obra, ainda se revela reflexiva, pesquisadora, uma vez que suas memórias são, também, informações adquiridas por meio de leituras de viajantes ou cronistas que o antecederam” (SANTOS, 2006, p. 194).

Siewierski (2014) apresenta as denúncias do padre João Daniel ao tratamento dos nativos pelos portugueses, “para os quais as missões servem para escravizar e explorar os índios, e quando se tornam católicos ‘são tratados pior que escravo’”, nesse sentido, a repartição nas missões prejudicava os nativos que após de formados eram obrigados a trabalharem para os brancos e remarem as suas canoas. Para João Daniel, é um benefício que os nativos se

convertam ao cristianismo, mas, ele critica a exploração desses nativos convertidos além da “instrumentalização das missões pelos colonos e civis, da escravização dos índios”.

O autor questiona por que é um absurdo “obrigar cristãos novos, na Europa ou na Ásia, e obedecerem e trabalharem gratuitamente para os europeus” e isso não acontece o mesmo com os nativos da Amazônia e afirma ... que “ao falar dos missionários, das missões e da repartição dos índios, João Daniel denuncia a exploração e os abusos desse povo, praticados pelos brancos contra a lei que é boa, mas não observada” (SIEWIERSKI, 2014, p. 90). Para trazer os nativos para as missões, João Daniel era a favor de lhes dizer, clara e abertamente, as verdades católicas e os motivos de sua fé, para que os nativos por vontade própria ao invés de atraírem os nativos para as suas aldeias com vantagens temporais e só depois começarem a catequização.

Considera Santos (2006) que as observações feitas por João Daniel são analíticas e, todavia, é resultado da convivência com a natureza do seu tempo. Além dos relatos que João Daniel pôde fazer através de suas observações e vivências na natureza amazônica da América Portuguesa no século XVIII, os clássicos relatos de viajantes ou cartas que os membros da Ordem trocavam entre si lhe permitiram mostrar conhecimento de outras regiões distantes descrevendo aspectos de sua flora, fauna, clima, situação de relevos, rios ou mares.

Nesse sentido, Santos (2006) demonstra que “em sua narrativa ele não desprezou o exotismo dos costumes de moradores e nativos nem a arte de viver em comunhão com a natureza dos trópicos, com o sobressalto dos animais mitológicos ou fantasiosos”. Na sua obra o jesuíta João Daniel teceu comentários sobre aspectos históricos, nativos, biogeográficos mitológicos e “contos” de caçadores, prática essa que é feita através da percepção de natureza humanista do Iluminismo, compreendendo-a através da “Física Teológica”, ou seja, avaliando a natureza como “livro divino”.

Jose Augusto Pádua (2004) afirma que, ao final do século XVIII já se podia assinalar uma profunda reflexão que discursa sobre “o problema da destruição do ambiente natural por parte de pensadores que atuaram no país entre 1786 e 1888”. Trata-se de consciência crítica sobre o mito da natureza inesgotável e a destruição ambiental sistemática. Segundo o pesquisador nada menos que 50 autores com mais de 150 textos com discussões diretas acerca das “consequências sociais da destruição das florestas, da erosão do solo, do esgotamento das minas, dos desequilíbrios climáticos” muito antes das preocupações ambientalistas identificadas na nossa contemporaneidade (PÁDUA, 2004, p. 11).

Homens como José Bonifácio de Andrade e Silva denunciavam o único olhar que a racionalidade do “iluminismo luso-brasileiro” propunha para o mundo natural: “a importância política e econômica”. Não é por acaso que em finais do século XVIII o estado português financiou e publicou onze volumes da coleção intitulada “O Fazendeiro do Brasil” (1798 -1806) em uma clara demonstração de uma política colonial ilustrada com a finalidade de promover uma agricultura com maior aporte cientificista respaldado nos direcionamentos da filosofia natural das luzes (PÁDUA, 2004, p. 11).

Neste aspecto, nossa pesquisa não pode encerrar sem considerar a conjuntura atual que se volta para a região Norte do Brasil e chamar a atenção para perceber que o *Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas* que tanto notabilizou o padre jesuíta João Daniel continua cercado e atacado ao longo dos séculos de ocupação e formação da sociedade brasileira. No momento em que o presente texto é produzido há um contínuo de desmatamento, de grilagem de terras, de contaminação dos rios por agrotóxicos e mercúrios usados por garimpeiros ilegais, de sistemática derrubada de árvores, e um profundo desrespeito às terras, à cultura dos nativos e a qualquer movimento em defesa da Amazônia⁵.

Retomar os escritos de João Daniel sobre a Amazônia e toda a bibliografia que foi produzida em torno da sua obra deve, nos fazer – obrigatoriamente – pensar sobre a emergencial necessidade da Educação Ambiental como tema transversal nos meios escolares obedecendo os Parâmetros Curriculares Nacionais Brasileiros.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Um Tesouro Descoberto: Imagens do Índio na Obra de João Daniel. **Revista Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 3, nº 5, 198, pp. 147-160, 1996.

CAPISTRANO DE ABREU, J. **Capítulos de História Colonial: 1500-1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília; 1982.

CHARTIER, Roger. **A Aventura do Livro: do leitor ao navegador**. Tradução: Reginaldo Carmello Correa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP. 1998.

CHARTIER, Roger. **A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII**. Brasília: Editora UnB, 1994.

⁵ De acordo com a InfoAmazonia, atualmente 75% da população urbana de Santarém está contaminada por mercúrio de garimpo, mesmo acerca de 300km dos garimpos ilegais do rio Tapajós, entre os ribeirinhos chega a 90% de contaminação. <<https://envolverde.com.br/75-da-populacao-de-santarem-esta-contaminada-por-mercurio-do-garimpo/>> acesso em 22 de agosto de 2022.

COSTA, Kelerson Semerene. Natureza, colonização e utopia na obra de João Daniel. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 1997, v. 14, suplemento, p. 95 - 112, dez. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/hcsm/v14s0/05.pdf>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

DANIEL, João Pe. **Tesouro descoberto no Máximo Rio Amazonas**. V.1 e V. 2. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Tradução: Bernardo Leitão et al]. São Paulo/Campinas: Unicamp, 1990.

PÁDUA, José Augusto. **Um Sopro de Destruição: Pensamento Político e Crítico Ambiental no Brasil Escravista (1786-1888)**.

PASCHOAL, Tainá Guimarães. O Tesouro Descoberto no Máximo Rio Amazonas (1741-1757) de João Daniel e a História da Alimentação. **XXVII Simpósio Nacional de História – ANPUH**. Natal – RN. p. 1 – 8, 2013.

PORRO, Antonio. Um “tesouro” redescoberto: os capítulos inéditos da Amazônia de João Daniel. **Revista do IEB**, São Paulo, n. 43, p. 127-147, set. 2006. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=405641265006>>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2022.

PRATT, M. L. **Os olhos do império, relatos de viagem e transculturação**. Tradução: Jézio Hermani Bonfim. Bauru, SP: EDUSC, 1999.

SANTOS, Eulália Maria Aparecida Moraes dos. **Dos Cometas do Nordeste aos Tesouros da Amazônia: Os Jesuítas João Daniel e José Monteiro da Rocha no Contexto das Ciências Naturais do Século XVIII**. 2006. Tese (doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, Departamento de História, Setor de Ciências Humanas da Universidade Federal do Paraná, 2006. 319 f.

SCWARCZ, Lilia Moritz (com Paulo Cezar de Azevedo e Ângela Marques da Costa). **A Longa Viagem da Biblioteca dos Reis**. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

SIEWIERSKI, Henryk. O Tesouro Da Alteridade Amazônica Na Obra Do Padre João Daniel. **Revista Sentidos da Cultura**, Belém/Pará, v.1, n. 1, p. 81 – 92, jul-dez/2014.

Submetido em: junho de 2022.

Aprovado em: agosto de 2022.

Publicado em: outubro de 2022.